

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA GAÚCHA DURANTE O REGIME
MILITAR 1964-1985**

ALEXANDRE GONZALEZ DA SILVA

PORTO ALEGRE

JUNHO/2010

ALEXANDRE GONZALEZ DA SILVA

O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA GAÚCHA DURANTE O REGIME
MILITAR 1964-1985

Monografia apresentada como
requisito parcial para obtenção
do bacharelado em Ciências
Econômicas na Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Pedro Silveira
Bandeira

Porto Alegre
Junho/2010

Agradeço, aos meus pais por todo o apoio e compreensão, as minhas irmãs Adriana, Aline e Amanda e aos meus amigos tanto me apoiaram.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	6
1 INTRODUÇÃO	9
2 A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA INDÚSTRIA GAÚCHA ANTES DE 1964	12
2.1 O Governo JK (1956-1960).....	13
2.2 A crise do início dos anos 60 (1961-1963).....	15
2.3 A indústria de transformação rio-grandense antes de 1964.....	16
2.3.1 Considerações gerais	16
2.3.2 Grau de industrialização	17
2.3.3 Gêneros industriais	19
2.3.4 Categorias de uso.....	22
2.3.5 Emprego.....	25
2.3.6 Exportações.....	27
3 A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA INDÚSTRIA GAÚCHA ENTRE 1964-1973	29
3.1 Período 1964-1967.....	29
3.1.1 A indústria de transformação rio-grandense entre 1964-1967.....	33
3.1.1.1 Categorias de uso	33
3.1.1.2 Gêneros.....	35

3.1.1.3 Emprego.....	37
3.1.1.4 Exportações.....	37
3.2 Período 1968-1973.....	38
3.2.1 A indústria de transformação rio-grandense entre 1968-1973.....	40
3.2.1.1 Categorias de uso	40
3.2.1.2 Gêneros.....	43
3.2.1.3 Emprego.....	44
3.2.1.4 Exportações.....	46
4 A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA INDÚSTRIA GAÚCHA ENTRE 1974-1985	47
4.1 Categorias de uso	57
4.2 Gêneros.....	58
4.3 Emprego	60
4.4 Exportações	61
5 CONCLUSÃO.....	62
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de crescimento do produto e nos setores econômicos brasileiros – 1955/61 (%).....	14
Tabela 2 – Crescimento do produto e da produção industrial e a taxa de inflação brasileira – 1962-1964.....	15
Tabela 3 – Participação na indústria de transformação dos estados brasileiros, com maior destaque na produção industrial em 1959	18
Tabela 4 – Ordem de participação dos principais gêneros industriais do Rio Grande do Sul e sua correspondência com a do Brasil - 1959	20
Tabela 5 – Taxas anuais de crescimento, por setores de origem do produto interno líquido a custos de fatores, no Rio Grande do Sul – 1956-62	21
Tabela 6 – Participação percentual, por categorias de uso, do valor da produção, do valor de transformação industrial e número de pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul e no Brasil - 1959	23
Tabela 7 – Taxa de crescimento anual do emprego, por gêneros industriais no Rio Grande do Sul – 1949-1965 (%).....	26
Tabela 8 – Taxa média anual de crescimento, por quinquênios, do PIB e das exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul – 1960-01 (%)	28
Tabela 9 – Crescimento do produto e da produção industrial e as taxas de inflação brasileira – 1964-1968	31
Tabela 10 – Taxa média anual de crescimento, por categorias de uso das indústrias brasileira e gaúcha – 1962-67.....	34

Tabela 11 – Taxa média de crescimento, por gêneros das indústrias de transformação gaúcha e brasileira – 1962-67	36
Tabela 12 – Crescimento do produto e dos setores econômicos no Brasil – 1968-73 (%).....	38
Tabela 13 – Taxas médias anuais de crescimento do valor bruto de produção por categorias de uso, nas indústrias brasileira e gaúcha – 1968-73.....	41
Tabela 14 – Participação dos segmentos industriais na categoria dos bens de capital no Rio Grande do Sul – 1970-1975 (%).....	42
Tabela 15 – Taxas médias de crescimento da produção industrial, por gêneros, no Rio Grande do Sul e no Brasil – 1968-1973 (%).....	44
Tabela 16 – Taxas médias de crescimento do emprego, por gêneros da indústria de transformação, no Rio Grande do Sul – 1968-1973 (%).....	45
Tabela 17 – Taxa de inflação brasileira - 1968-1979 (%).....	48
Tabela 18 – Crescimento do produto e por setores econômicos no Brasil – 1974-1979 (%)....	50
Tabela 19 – Crescimento do produto e dos setores econômicos (índice 1980 = 100) e as taxas de inflação brasileira – 1980-1985 (%).....	52
Tabela 20 – Participação no PIB total e nos setores econômicos brasileiros por estados e regiões – 1970-1980 (%).....	53
Tabela 21 – Índice da produção física da indústria de transformação brasileira e de estados e regiões (1980 = 100) – 1980-1987.....	55
Tabela 22 – Taxa média anual, por categorias de uso, das indústrias brasileira e gaúcha – 1973-1980 (%).....	56
Tabela 23 – Taxas anuais de crescimento do produto industrial das indústrias de transformação gaúcha e brasileira – 1981-85 (%).....	57
Tabela 24 – Variação relativa, por categorias de uso, nas taxas de crescimento das indústrias de transformação gaúcha e brasileira - no período de 1974-1980 e 1968-1973 (%)	58

Tabela 25 – Índice de produção, total e por categorias de uso, da indústria de transformação no Rio Grande do Sul – 1980-1985	58
Tabela 26 – Participação e crescimento dos gêneros industriais no valor de produção da indústria de transformação gaúcha – 1973-1980.....	59
Tabela 27 – Taxa de crescimento médio anual do emprego das indústrias de transformação por gêneros brasileira e gaúcha – 1968-1980.....	60
Tabela 28 – Crescimento anual e participação das exportações por setores no Rio Grande do Sul e no Brasil – 1974-1979	61

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende investigar quais as mudanças ocorridas na indústria gaúcha durante o regime militar. Além disso, almeja apresentar quais as políticas adotadas pelos governos, o comportamento dos setores industriais que mais se desenvolveram, assim como destacar os que surgiram nesse período e quais os ramos que não conseguiram prosperar no estado.

O período escolhido, além de um importante período na história política brasileira, também apresentou profundas modificações e sustentou um acelerado ritmo de crescimento na indústria brasileira. Baseado nisso, será feito, por várias vezes, um confronto entre o comportamento da indústria brasileira e gaúcha, procurando identificar as características do processo de industrialização estadual.

A análise da indústria se dará, principalmente, através do comportamento das categorias de uso e dos gêneros industriais de cada período, além das taxas de crescimento do produto e do emprego desse setor. Esses dados serão advindos dos censos industriais de 1959, 1970 e 1980, além de pesquisas do IBGE.

O estudo investigará também o comportamento da indústria do centro do país (São Paulo) em relação a periferia (outros estados), ou seja, mostrará se houve um aumento na concentração industrial ou uma redução. Revelará também a participação rio-grandense, em relação aos outros estados.

Esse trabalho terá como hipótese central mostrar que tanto Brasil como a indústria gaúcha se beneficiaram muito com as políticas adotadas pelo governo e

tiveram taxas de crescimento elevadas principalmente durante o período do chamado “milagre brasileiro”. No entanto, assim como o resto do país, a indústria gaúcha teve uma queda a partir de 1973, culminando na crise dos anos 80.

A relevância desse trabalho se faz pelo fato de mostrar como se deu o período de maior crescimento industrial já vivido pela economia gaúcha e brasileira, assim como o porquê ocorreu a desaceleração desse crescimento. Outro fator importante que será destacado nesse trabalho serão os motivos pelos quais temos a estrutura industrial atual. Serão apresentados, também, outros dados relevantes pra a economia gaúcha.

A estrutura desse projeto conta com cinco capítulos, cujo primeiro é esta introdução. O segundo capítulo analisa os últimos anos antes da ditadura militar no Brasil, em que houve dois períodos distintos na economia nacional que culminaram com a estrutura industrial, tanto gaúcha quanto nacional, e que ocorre a partir do início do regime militar.

O primeiro período que se destaca é do grande crescimento econômico e principalmente do setor industrial durante o período do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), quando, em sua administração, ocorre a implantação do primeiro grande plano econômico nacional: o Plano de Metas. O segundo período apresenta uma forte crise política e econômica com o aumento da inflação, culminando com o golpe de 64.

O terceiro capítulo é dividido em duas partes: a primeira analisa os anos iniciais do regime militar (1964-1967), nos quais se apresenta uma forte reestruturação econômica através do PAEG e uma busca pela queda da inflação. Após 1967, tem início o período do “milagre brasileiro”, o qual se destaca por apresentar elevadíssimas taxas de crescimento tanto do PIB quanto da indústria, além de maiores desenvolvimentos nos segmentos de bens de consumo duráveis e dos bens de capital.

No quarto capítulo será apresentada uma análise sobre os últimos anos do regime militar brasileiro (1974-1985), destacando a desaceleração do crescimento iniciada por crises internacionais e o surgimento e aprofundamento da crise econômica brasileira dos anos 80. No capítulo final, reúnem-se as conclusões obtidas a partir das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores.

2- A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA INDÚSTRIA GAÚCHA ANTES DE 1964

A economia nacional, antes da ditadura militar, teve dois períodos distintos que culminaram com a estrutura industrial gaúcha e nacional. A partir disso, tem-se, também, o início do Regime Militar. O primeiro período que se destaca é do grande crescimento econômico, e, principalmente, do setor industrial durante o período do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960). Durante seu governo ocorre a implantação do primeiro grande plano econômico nacional: o Plano de Metas, o qual alcançou uma média de crescimento do PIB no Brasil de 8,12% a.a.

O segundo período, em que se distinguem os governos de Jânio Quadros e de João Goulart (Jango), foi sinônimo de anos de recessão econômica, ou seja, períodos de baixo crescimento econômico, além de sérias dificuldades com as elevadas taxas de inflação do período. Além disso, ambos os governos tiveram problemas políticos que, por muitas vezes, dificultaram suas administrações.

No período anterior ao Regime Militar (1964-1985), a indústria de transformação do Rio Grande do Sul como um todo, cabe fazer um paralelo e observar o crescimento econômico e industrial entre esses dois períodos distintos que culminam com tal momento político do Brasil. Esses ciclos, o de 1956-1960

(início ao fim do governo JK), e o de 1961-1963 (governos de Jânio Quadros e Jango).

2.1 – O Governo JK (1956-1960)

O governo de Juscelino está de uma forma geral, centrado no seu plano econômico, ou seja, o Plano de Metas. O objetivo principal dessa política econômica, como é salientado por Gremaud, no livro *Economia Brasileira Contemporânea* (1996), era:

“estabelecer as bases de uma economia industrial madura no país, introduzindo de ímpeto o setor de bens de consumo duráveis”. (Gremaud, 1996, p. 180).

O plano buscava eliminar os pontos de estrangulamento existentes no país, por meio de um grande incentivo para que fossem efetuadas melhorias na sua infraestrutura. Esse projeto foi dividido nos seguintes objetivos:

I – uma série de investimentos estatais em infraestrutura com destaque para os setores de transporte e energia elétrica;

II – incentivo para que houvesse um aumento na produção de bens intermediários como aço, carvão, cimento;

III – incentivos à introdução dos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital;

IV – construção de Brasília.

Com o plano, pode-se observar uma grande mudança estrutural brasileira e um acelerado crescimento econômico e industrial, conforme tabela abaixo:

Tabela 1

Taxas de crescimento do produto e nos setores econômicos
brasileiros – 1955/61 (%)

ANO	PIB	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	SERVIÇOS
1955	8,8	11,1	7,7	9,2
1956	2,9	5,5	-2,4	0,0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2,0	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

Fonte: IBGE

Outro fator fundamental para que houvesse essas elevadas taxas de crescimento, foi a instituição, em 1955, da instrução nº 113 da SUMOC¹ que proporcionou um forte ingresso de dinheiro externo. Wilson Cano explica essa instrução de seguinte forma.

“(…) em 1955 instituiu-se medida (Instrução nº 113 da SUMOC) que tendo como objetivo principal o ingresso de capital estrangeiro por força do problema cambial, estimulou fortemente a penetração de capital de risco, graças ao forte subsídio para a remessa de lucros por ela outorgado.” (Cano, 1985, p. 84).

Apesar de todo crescimento atingido pelo Brasil nesse período, derivam também problemas que foram as principais causas da crise dos anos 60. Dentre eles: a alta emissão de moeda para financiar os investimentos públicos, ocasionando uma aceleração inflacionária; o crescimento da dívida externa e um desestímulo à agricultura.

¹ SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito: foi a autoridade monetária até a criação do Banco Central.

2.2 - A crise do início dos anos 60 (1961-1963)

Esse período de 1961-1963, embora tenha durado apenas três anos, foi marcado por crises tanto políticas quanto do sistema econômico brasileiro. No contexto econômico, tem-se a primeira grande crise do sistema econômico brasileiro em sua fase industrial, havendo uma queda acentuada na taxa de crescimento e dos investimentos. Essa desaceleração do crescimento pode ser melhor analisada na tabela abaixo:

Tabela 2

Crescimento do produto e da produção industrial e a taxa de inflação brasileira – 1962-1964

ANO	CRESCIMENTO DO PIB (%)	CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)	TAXA DE INFLAÇÃO (IGP-DI) (%)
1962	6,6	8,1	45,5
1963	0,6	-0,2	83,2
1964	3,4	5,0	84,5

FONTE: Conjuntura Econômica.

Para resolver os problemas econômicos em que o Brasil se encontrava, era consenso que deveriam ser realizadas reformas institucionais, o que foi tentado, de diversas maneiras, tanto por Jânio Quadros quanto por João Goulart. Este fez tentativas tanto no período em que seu governo foi baseado no parlamentarismo quanto quando alicerçou-se no presidencialismo.

No segundo período do governo Goulart, foi posto em prática o plano Trienal que buscava, de uma forma geral, exatamente esses reajustes institucionais. No entanto, como sua administração era muito contestada por seus opositores, os quais representavam a maioria no legislativo, não era possível levar adiante muitos de seus projetos, e, por isso, acabou, por muitas vezes, governando apenas por decretos.

Uma das propostas de João Goulart era a de realizar a reforma agrária tão solicitada pelas correntes de esquerda, mas que, por outro lado, não agradava aos militares nem a elite brasileira. Foi nesse contexto que os militares assumiram o poder, em primeiro de abril de 1964, sobre o pretexto de resolver os problemas políticos e econômicos que assolavam o país.

2.3 - A indústria de Transformação Gaúcha antes de 1964

A economia do Rio Grande do Sul, nos anos que antecederam o período da ditadura militar, estava relativamente atrasada e diferenciada em relação ao centro econômico nacional (São Paulo), considerando-se o âmbito geral. Isso era mais perceptível ao analisar-se, comparativamente, a indústria de transformação do estado e do Brasil como um todo.

2.3.1 – Considerações Gerais

A indústria brasileira, desde seu início, tem como centro o estado de São Paulo, o qual se estendeu até este período tendo um elevado índice de concentração. Considerando esse fato, muitos autores, entre eles Wilson Cano, acabaram por chamar o restante do país de periferia.

Apesar do grande crescimento da indústria brasileira em todas as regiões do país no período do Plano de Metas, essa concentração não foi reduzida significativamente, tanto que apenas algumas regiões do Brasil, entre elas o Rio Grande do Sul, estavam chegando ao nível industrial que São Paulo possuía há algumas décadas. Isso pode ser visto na passagem de Cano:

“Os níveis produzidos por São Paulo em 1939 não haviam sido suplantados por nenhum estado em 1949, tendo sido ligeiramente superados, somente pela Guanabara (1,2 vezes) em 1959 e, em

1970, também por Minas Gerais (1,1 vezes), Rio Grande do Sul (1,3 vezes) e Nordeste (1,5 vezes), sem que nenhum estado nordestino, isoladamente, tivesse superado São Paulo". (Cano, 1985, p. 117).

É importante salientar que o atraso da indústria gaúcha em relação à do centro do país se deu, principalmente, pelo modo como ela foi concebida, ou seja, por quais motivos certos tipos de indústrias foram se instalar no Rio Grande do Sul e não outras. A partir de 1930, quando iniciou um verdadeiro mercado industrial no Brasil, a economia do Rio Grande do Sul estava baseada em um modelo agropecuário, o qual produzia matérias-primas diversificadas como a lã, a carne, o couro entre outros.

Nesse contexto, para que houvesse um desenvolvimento da indústria gaúcha, se instalaram, principalmente, os setores de alimentos, calçados, tecidos, e carne frigorificada, isto é, bens de consumo não duráveis. Apesar de a indústria gaúcha depender desses ramos de produção, outros setores começaram a se desenvolver a partir do final da década de 50 e início da de 60. Foram eles: alguns segmentos da indústria de transformação dinâmicos sendo liderados pela química, material elétrico e comunicações, borracha e material de transporte.

2.3.1 – Grau de Industrialização

A economia gaúcha, apesar do desenvolvimento industrial proporcionado por Juscelino Kubitschek e o seu Plano de Metas, ainda estava voltada, principalmente, para o setor agropecuário, o qual detinha 35,5% do produto interno líquido do estado, enquanto a indústria participava com média de 16,6%. Essa diferença não se confirmava ao analisar-se a economia brasileira que já possuía na indústria 25,2% do seu produto interno líquido, enquanto a agricultura obtinha uma participação de 22,5%. Nesse período, o grau de industrialização

brasileiro (25,2%) já se aproximava ao de economias fortes como a Itália (30,5%), Holanda (30,3%), Canadá (28,2%), Estados Unidos (30,3%) e Japão (30,0%).

Apesar desse, por assim dizer, defasado crescimento da indústria do Rio Grande do Sul ela ainda estava na terceira colocação em VTI (valor da transformação industrial) entre os estados brasileiros, como podemos ver na tabela 3.

Tabela 3

Participação na indústria de transformação dos estados brasileiros, com maior destaque na produção industrial em 1959

PRINCIPAIS ESTADOS QUANTO À PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRINCIPAIS PERCENTUAIS	
	1959	
	VP (1)	VTI (1)
Pernambuco	2,8	2,6
Bahia	1,5	1,7
Minas Gerais	5,8	5,8
Rio de Janeiro (2)	16,2	17,6
São Paulo	55,7	55,5
Paraná	4,0	3,2
Santa Catarina	2,0	2,2
Rio Grande do Sul	7,2	7,0
Subtotal	95,2	95,6
Outros Estados	4,8	4,4
Brasil	100,0	100,0

FONTE: IBGE, Censos Industriais.

(1) VP = Valor da Produção; VTI = Valor da Transformação Industrial.

(2) Inclui Rio de Janeiro e Guanabara (para 1959 os dados foram agregados).

2.3.2 – Gêneros Industriais

Além da diferença entre o grau de industrialização do Rio Grande do Sul e do Brasil, outro fator mostrava uma peculiaridade do estado gaúcho: a diferença entre os principais gêneros industriais sobre o valor de transformação. Essa diferença pode ser observada na tabela 4. No Rio Grande do Sul, as indústrias

que geralmente não apresentavam posições de destaque no centro do país, principalmente as que tinham dependência com o setor primário, se destacavam no estado. Exemplo disso são as indústrias de vestuário e calçados, madeira, bebidas, couros e peles e, fumo, enquanto em nível nacional apenas a indústria têxtil apresentava certo destaque.

Em contraponto, algumas indústrias que se salientavam no Brasil, no estado não possuíam, até o momento, muito espaço, dentre elas: material de transporte, material elétrico e de comunicações, mecânica, borracha e produtos farmacêuticos e veterinários. Cabe salientar que alguns setores já se sobressaíam na indústria gaúcha como o de metalurgia, no qual se destacavam na produção de bens de consumo duráveis principalmente de cutelaria e na fabricação de armas e ferramentas, e na produção de elementos químicos.

Outra diferença entre os graus de industrialização fica por conta da indústria de alimentos que, em ambas, era o principal setor em valor de transformação. Entretanto, o grau participação na indústria gaúcha, de 31,7%, era muito superior ao grau nacional que se encontrava em 16,4%.

“Descendo ao nível dos principais gêneros, cumpre salientar mais uma vez que é notória a perda de importância relativa que vem caracterizando a indústria de Produtos Alimentares, que no limiar da década de cinquenta ainda representava quase metade da produção industrial do Estado.” (FEE, 1976-77, p. 34).

Tabela 4

Ordem de participação dos principais gêneros industriais do Rio Grande do Sul e sua correspondência com a do Brasil - 1959

GÊNEROS	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	Ordem	Participação %	Ordem	Participação %
Produtos Alimentares	1	31,7	1	16,4
Metalúrgica	2	8,9	3	11,8
Química	3	8,4	4	8,6
Vestuário e Calçados	4	8,3	8	3,6
Madeira	5	6,6	10	3,2
Minerais não metálicos	6	5,3	6	6,6
Bebidas	7	4,4	14	2,9
Couros e Peles	8	3,5	20	1,1
Têxtil	9	3,4	2	12,0
Fumo	10	3,2	19	1,3
Subtotal	-	83,7	-	67,5
Outros Gêneros	-	16,3	-	32,5
Total	-	100,0	-	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Industrial de 1960.

A partir dessa análise, podemos destacar a seguinte colocação feita por Cláudio Accurso em seu estudo sobre a avaliação da economia gaúcha entre 1960-85:

A análise dos gêneros industriais predominantes no Rio Grande do Sul, em 1959 aponta, como se salientou anteriormente, para a existência de uma grande proporção de atividades dedicadas ao beneficiamento dos produtos agrícolas. Este fato foi sobejamente destacado por estudos da época. Contrastando com esse quadro, já despontava no processo de industrialização brasileiro a produção de bens de consumo duráveis, de bens de capital, e de insumos modernos (Química e Metalurgia de Base). (Accurso, 1988 p. 27).

Embora o Rio Grande do Sul tenha apresentado claramente uma predominância industrial advinda de seu setor primário, tendo uma parcela de 52,8% do Valor de Transformação Industrial no período, não é correto dizer que a indústria gaúcha era dependente de sua produção agrícola, pois, como é possível verificar na tabela 5, as taxas de crescimento da indústria e da agricultura se diferenciam de alguns anos, demonstrando certa autonomia do setor industrial gaúcho.

Tabela 5

Taxas anuais de crescimento, por setores de origem do Produto Interno Líquido a custos de fatores, no Rio Grande do Sul – 1956-62

ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO	
	AGRICULTURA	INDÚSTRIA
1956	11,9	8,8
1957	-10,1	1,8
1958	-3,2	16,8
1959	2,3	3,8
1960	-10,6	7,8
1961	1,5	9,0
1962	21,2	6,3

FONTE: FEE, 25 Anos de Economia Gaúcha, Vol.i.

Accurso define essa situação da seguinte forma:

O comportamento acima só é explicável à medida que se admita que, além da influência do setor primário, a estrutura industrial do Estado, no início do período em estudo, estava sujeita a outras forças predominantes, o que já lhe conferia um razoável grau de autonomia. Isso, entretanto, não quer dizer que a influência do setor primário deixasse de ser importante, mas sim que a estrutura já incorporava segmentos com autonomia em proporção suficiente para condicionar o comportamento geral da indústria. Ou seja, o comportamento da indústria não era mais determinado pelo comportamento do setor primário. (Accurso, 1988 p. 29-30).

2.3.3 – Categorias de uso

Podemos também analisar a indústria gaúcha pelas categorias de uso através de uma classificação muito minuciosa feita por Accurso:

A classificação adotada para as categorias de uso foi aplicada sobre os dados dos quatro Censos Econômicos disponíveis para o período analisado, obtendo-se, assim, uma sólida base para a análise. A determinação de critérios de classificação foi conduzida com a preocupação de obter um bom nível de homogeneidade e coerência aos conceitos de cada categoria de uso. Buscou-se também, que a categorização contemplasse tanto as peculiaridades da indústria estadual quanto a comparabilidade a nível nacional. (Accurso, 1988 p. 39).

Com base nesse estudo, observa-se que a indústria gaúcha tinha como destaque os bens de consumo não duráveis, chegando a ser 2/3 do valor de produção gaúcha, conforme tabela 6. Por outro lado, no Brasil, a indústria de bens de consumo não duráveis também era a que mais se destacava, mas em uma proporção bem menor e sendo seguida de perto pela indústria de bens intermediários.

Tabela 6

Participação percentual, por categorias de uso, do Valor da Produção, do Valor de Transformação Industrial e número de pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul e no Brasil - 1959

CATEGORIAS DE USO	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	VP	VTI	PO	VP	VTI	PO
Bens de consumo						
Duráveis	6,9	7,9	8,4	6,5	8,8	11,3
Não duráveis	49,6	43,4	49,2	64,5	55,1	52,3
Bens de capital	9,1	10,5	8,6	3,0	3,9	4,8
Bens intermediários	34,4	38,2	33,8	26	32,1	31,6
Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Industrial de 1960

Analisando individualmente as categorias de uso entre o Brasil e o Rio Grande do Sul, além de verificarem-se algumas fortes diferenças no percentual das variáveis vistas na tabela 6, pode-se também fazer uma distinção entre os produtos mais produzidos, por categoria, no âmbito nacional e no estadual. Com relação aos bens de consumo duráveis, apesar de apresentarem certa equivalência em valores percentuais, apresentam em diferentes segmentos seus destaques.

No Brasil as indústrias com o melhor desempenho no período são as produções de automóveis e suas peças e acessórios (1,61%), eletrodomésticos (1,10%) e mobiliário (1,84%). O Rio Grande do Sul apresenta, como maior destaque em sua indústria de bens de consumo duráveis, o setor de cutelaria (2,27%) e o de mobiliário (1,68%).

Nota-se, pois, quão baixa era a participação dos bens de capital na economia do Rio Grande do Sul, isto é, representava apenas 3,9% da

participação do Valor da Transformação Industrial do estado, o que se opunha, mais uma vez, à dinâmica nacional que já possuía 10,5%, que advinham principalmente dos materiais de transporte (ônibus, caminhões e suas peças e acessórios, dando 3,8%), os quais foram muito incentivados no governo JK, e mecânica (1,1%). No Rio Grande do Sul os setores que mais se destacavam eram os de máquinas agrícolas (0,5%), autopeças para caminhões e ônibus (0,5%) e carrocerias para veículos (0,6%).

A participação dos bens intermediários, tanto no âmbito nacional quanto no estadual, estavam muito parecidas, tendo no Brasil uma participação um pouco maior. A grande diferença estava nos produtos principais, dentre os quais, no Brasil, destacavam-se a metalúrgica (9,6%), a borracha (2,5%) e a madeira (2,6%), além do material elétrico (1,4%). No Rio Grande do Sul a madeira possuía posição de destaque (5,1%), seguida pela metalúrgica (4,1%) e pela indústria de couros e peles (3,6%).

O setor de bens de consumo não duráveis, como já mencionado anteriormente, era o setor mais produtivo no Brasil e no Rio Grande do Sul. A indústria gaúcha possuía destaque em segmentos não tão importantes, de acordo com análise nacional, como na produção de calçados (4,7% RS e 1,5% BR), vinhos (2,2% RS e 0,3 % BR) e do fumo (3,4% RS e 1,1 % BR).

Além desses setores, também podem ser destacadas as indústrias de carne (17,4% RS e 4,3% BR), de todo o gênero de produtos alimentares (43,7% RS e 24,1% BR), beneficiamento torrefação e moagem de produtos alimentares (16,7% RS e 8,2% BR). No Brasil ainda era possível ver outras áreas com certa importância, como a indústria têxtil (3,1% RS e 12,5% BR), laticínios (1,0% RS e 2,2% BR) e o açúcar (0,3% RS e 3,5% BR).

Após essa análise das categorias de uso da indústria gaúcha, observa-se que, por ter uma alta porcentagem de sua produção voltada para os bens de consumo não duráveis e de intermediários ligados a ela, associa-se a indústria sul-rio-grandense a um nível de economia próximo a dos países de baixo nível de

desenvolvimento, ou seja, com uma renda “per capita” inferior a US\$ 200,00 (dados de 1960 a US\$ de 1953). Todavia, Accurso faz uma breve ponderação em relação a algumas diferenciações estruturais que ocorrem internamente em cada país:

No interior dos espaços nacionais ocorrem diferenciações estruturais funcionalmente adequadas às respectivas dotações de recursos em grau muito mais pronunciado do que no espaço internacional. Essas diferenciações não implicam, por si só, a caracterização de deficiências estruturais. Inúmeros exemplos internacionais demonstram que cada tipo de indústria, mesmo nos países mais desenvolvidos, procura localizações preferenciais para concentrar-se. (Accurso, 1988, 42-43).

2.3.4 – Emprego

Até 1959 a indústria gaúcha apresentava, em comparação com o restante do país, uma das menores taxas de expansão de emprego, sendo superada em muito por São Paulo, que tinha uma taxa de 3,7% a.a. Essa relação, Cano destaca da seguinte forma:

“O comportamento mais depressivo do emprego registrou-se na região Nordeste (-0,8%), da qual os mais graves foram os de Pernambuco e dos “Demais” estados nordestinos²; com níveis bastante inexpressivos registra-se o Norte, Bahia, Guanabara e Rio Grande do Sul, que forçaram a tendência para a medíocre taxa de 1,4% para o agregado “Brasil exclusive São Paulo.” (Cano, 1985, p. 136).

No período em questão, a indústria de transformação gaúcha tinha uma média de 131.000 pessoas vinculadas em suas unidades produtivas. O Brasil já possuía 1.732.662 de trabalhadores que tinham seus empregos no setor

² São os estados do nordeste com menos expressão na época que eram Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

industrial, ou seja, o Rio Grande do Sul tinha uma participação equivalente a 7,56% dos trabalhadores brasileiros que atuavam no setor industrial.

Os crescimentos do emprego nos setores dinâmicos da indústria gaúcha tiveram um desempenho significativo no entre os anos de 1959-1965, como verifica-se na tabela 7. Destacam-se, nesse sentido, os setores de produtos de matéria plástica e o de metalurgia. Com relação aos gêneros tradicionais, os destaques foram os ramos de fumo, bebidas, mobiliário e vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

Tabela 7

Taxa de crescimento anual do emprego, por gêneros industriais no Rio Grande do Sul – 1949-1965 (%)

GÊNEROS	1949-59	1959-65
TRADICIONAIS	1,2	5,3
Madeira	-1,8	1,0
Couros, peles e produtos similares	1,7	3,1
Têxtil	-1,4	5,3
Produtos alimentares	1,7	4,8
Bebidas	-2,5	8,7
Fumo	0,6	8,4
Mobiliário	2,7	6,3
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3,7	7,9
Editorial e gráficas	0,8	4,1
DINÂMICAS	2,9	8,5
Minerais não metálicos	0,4	2,3
Metalurgia	4,2	10,3
Papel e papelão	3,9	5,8
Borracha	7,5	0,4
Química	-0,1	3,4
Produtos de matéria plástica	-	27,2
Mecânica	2,5	13,3
Material elétrico e comunicação	23,8	22,8
Material de transporte	11,8	12,1
TOTAL	1,7	6,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

Apesar do grande crescimento dos gêneros dinâmicos, a maioria dos empregados do estado que tinham participação na indústria de transformação estavam no setor tradicional (70,6%), tendo como destaque os produtos alimentares, totalizando 23,3%, alcançando quase um quarto dos trabalhadores. Outros setores que também tinham destaque eram: vestuário e calçados (13,2%), metalúrgica (9,7%) e madeira (8,8%).

Vale fazer uma ressalva, em relação às diferenciações do número de pessoas necessárias para realizar as atividades de uma ou outra indústria. Accurso coloca esse fato da seguinte maneira:

Deve-se observar que a capacidade de absorção da força de trabalho não é a mesma para todos os gêneros, pois está intimamente associada às características de cada processo produtivo. Dessa forma, a ordem de importância dos gêneros medida em relação ao pessoal ocupado é diversa daquela medida em relação ao Valor da Produção ou ao produto (examinados no item 2.2). (Accurso, 1988, p.74).

2.3.5 – Exportações

Até 1960 as exportações gaúchas estavam voltadas quase que exclusivamente para o mercado interno, atingindo um índice de 91% de todo o produto exportado pelo estado, enquanto apenas 9% eram destinados ao mercado externo. Nesse mesmo ano, com a crise econômica que assolava o país e conseqüentemente o Rio Grande do Sul, as empresas se veem obrigadas a direcionar parte de suas produções para o mercado externo ganhando, inclusive, incentivos fiscais, além de outras medidas econômicas.

Esse crescimento das exportações, tanto gaúcho quanto brasileiro, pode ser melhor entendido por meio da tabela 8. Cabe salientar que as exportações do Rio Grande do Sul de artigos industrializados giravam em torno de 30%, tendo como destaque as indústrias de calçados, fumo e artigos metal-mecânico.

Tabela 8

Taxa média anual de crescimento, por quinquênios, do PIB e das exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul - 1960-01 (%).

PERÍODO	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	PIB	EXPORTAÇÕES	PIB	EXPORTAÇÕES
1960-64	4,8	3,5	6,2	35,4
1965-69	5,7	8,5	4,2	11,9
1970-74	14,6	20,5	19,6	30,8
1975-79	10,1	5,3	6,9	5,6
1980-84	0,1	5,8	0,5	6,5
1985-89	0,7	4,5	3,5	4,3
1990-94	-1	3,8	-1,4	4,8
1995-99	2,2	-0,1	-0,7	-1,9
2000-01	-	7,5	-	9,9
MÉDIA				
1960-01	4,6	6,5	4,8	11,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SOUZA, Nali J. 1998. Tab. A6.

Nota: 1. Para o PIB, a média é do período 1960/1999.

Dessa forma, pode-se observar que, apesar do momento de estagnação da economia gaúcha, um dos setores que se beneficiou foi o das exportações, atingindo o maior índice de crescimento médio anual entre 1960-1964, chegando a 35,4% a.a.

3- A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA INDÚSTRIA GAÚCHA ENTRE 1964-1973

Os três primeiros governos militares apresentam dois períodos economicamente distintos para a economia gaúcha e brasileira, o de 1964-1967 (Governos de Castelo Branco e Costa e Silva) e o segundo de 1969-1973 (Governo de Emílio Garrastazu Médici).

Os primeiros anos de governo militar no Brasil foram marcados por administrações que buscaram primeiramente, solucionar os problemas econômicos em que o país se encontrava, dando prioridade para reformas estruturais e pelo combate a inflação.

No segundo período uma grande aceleração no crescimento econômico e industrial e numa significativa redução da inflação em comparação com o início da década de 60. Iniciou-se também uma desconcentração industrial no Brasil e na indústria gaúcha houve um importante desenvolvimento dos setores de bens de capital.

3.1 – Período 1964-1967

A solução encontrada pelo presidente Castelo Branco e seus ministros (Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões) para resolver os problemas

econômicos em que o Brasil se encontrava foi o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que tinha como áreas de atuação, principalmente, o combate à inflação através de políticas conjunturais em conjunto com reformas estruturais. Para Gremaud os principais objetivos do PAEG são os seguintes:

“acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter o processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais regionais, aumentar o investimento e com isso o emprego, e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo.” (Gremaud, 1996, p. 1884).

Para solucionar o grave problema da inflação no período, que já se encontrava em 83,2% (1963), o PAEG tinha como meta, segundo Gremaud,(1996, p. 185) o seguinte:

I - reduzir os gastos públicos, diminuindo os gastos e aumentando as receitas. Isso ocorreu por meio de uma reforma tributária, a qual elevou as tarifas públicas. O resultado dessa política pode ser visto já nos primeiros anos, pois o déficit público passou de 4,2% do PIB em 1963 para 1,1% em 1966.

II – houve uma redução do crédito e um aperto monetário. Essa medida gerou um aumento na taxa de juros, causando a falência de diversas empresas, além de muitas fusões e incorporações. Isso proporcionou uma capacidade ociosa que irá gerar um futuro crescimento econômico.

III – o terceiro fator que propiciou uma redução na inflação brasileira foi a política salarial que diminuiu o salário real, contendo a demanda.

Tabela 9

Crescimento do produto e da produção industrial e as taxas de inflação brasileira – 1964-1968

ANO	CRESCIMENTO DO PIB (%)	CRESCIMENTO DO PRODUTO INDUSTRIAL (%)	INFLAÇÃO (IGP-DI) (%)
1964	3,4	5,0	84,5
1965	2,4	-4,7	31,4
1966	6,7	11,7	34,2
1967	4,2	2,2	21,2
1968	9,8	14,2	24,8

FONTE: Conjuntura Econômica.

É possível, pois, verificar que as medidas adotadas pelo governo através do PAEG realmente se mostraram efetivas com relação ao combate à inflação, passando de uma taxa de 84,5% a.a., em 1964, para 24,8% a.a., em 1968. Entretanto, também é possível notar que o crescimento ficou um pouco prejudicado graças a essas políticas.

O PAEG ainda proporcionou reformas institucionais importantes para o Brasil:

I – Reforma Tributária: as principais mudanças ocorridas com essa reforma foram a introdução do sistema de correção monetária; transformações do recolhimento tributário, de impostos em cascata para impostos tipo valor adicionado; redistribuição tributária entre as esferas do governo. Também foram

criados fundos para fiscais como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o PIS (Programa de Integração Social).

II – Reforma Monetária – Financeira: foi criada a ORTM (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional), cuja variação determinaria o índice de correção monetária, além do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do BACEN (Banco Central do Brasil) que tinham como objetivo, respectivamente, definir as regras e as metas a serem atingidas, e ser o agente fiscalizador e controlador do sistema financeiro.

III – Reforma do Setor Externo: com relação ao setor externo, houve diversos incentivos fiscais para diversificar as exportações. Foi adotada uma unificação no sistema cambial, além de uma reaproximação com os norte-americanos com a chamada Aliança para o Progresso.

As alterações institucionais, realizadas pelo governo através do PAEG, adaptaram o país para as necessidades de uma economia industrial, além de preparar o terreno para a retomada do crescimento.

O governo de Costa e Silva (1966-69) não ficou marcado por um grande plano econômico, e sim por reformas opressivas na área política através do AI-5 (Ato Institucional nº. 5) que lhe deu poderes para fechar o Parlamento e cassar políticos, entre outras coisas. Por outro lado, as reformas realizadas por Castelo Branco levaram o Brasil a se reorganizar e, a partir de 1967, começou sua recuperação, como cita Wilson Cano:

“Chegando o período de 1965-1966, as reformas institucionais (principalmente a fiscal e a financeira), a alteração da política econômica, assim como a política de arrocho salarial logo imposta pelo governo, concentrando ainda mais a distribuição de renda, desencadearam efeitos cumulativos que propiciaram o início da recuperação a partir de 1967, basicamente via expansão do setor de bens de consumo duráveis, gestando novo período que foi conhecido como “Milagre Brasileiro.” (Cano, 1985, p.92).

3.1.1 – A indústria de transformação gaúcha entre 1964-1967

Nesse momento ocorre um fato que dificulta, em muito, a mensuração exata do período em questão devido à distância dos Censos Industriais. Um foi realizado em 1959 e, o outro, apenas em 1970, englobando três anos do auge econômico brasileiro.

Assim como no país, as políticas de reestruturação, realizadas pelos militares em 1964, culminaram em uma estagnação da economia gaúcha tanto no setor agrícola quanto no industrial. Um dos fatores relevantes desse período foi a queda do ritmo de concentração industrial brasileiro no estado de São Paulo. Todavia, continuou ocupando, significativamente, o posto de principal estado brasileiro, chegando, em 1970, a atingir 58,2% do total da indústria nacional. Essa queda aconteceu porque São Paulo perdeu posição em alguns setores industriais. Segundo Wilson Cano:

“A principal é a de que São Paulo perde posição na maioria dos segmentos produtivos de bens intermediários e em todos os de bens de capital e de consumo durável, ganhando posição nos de bens de consumo não durável.” (Cano, 1985, p.107).

3.1.1.1 – Categorias de uso

A indústria gaúcha, nesse período, apresentou um crescimento médio anual de apenas 3,72% a.a., e teve, como grande responsável, a indústria de bens de capital que obteve um crescimento médio de 9,84% a.a. e um desempenho, por muitas vezes, negativo dos bens não duráveis, com média anual de -0,16%. O desempenho da indústria por categorias de uso é mais bem visualizado na tabela 10.

Tabela 10

Taxa média anual de crescimento, por categoria de uso das indústrias brasileiras e gaúcha - 1962-67

CATEGORIAS DE USO	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO	
	BR	RS
Bens de consumo duráveis	4,1	1,94
Bens de consumo não duráveis	0,0	-0,16
Bens de capital	2,6	9,84
Bens intermediários	5,9	3,88
Indústria de transformação	3,15	3,72

FONTE:

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra, Revista de Economia Política, nº. 6, abril/junho/1982. p. 7.

IBGE. Dados do período 1962-1968.

CALABI, Andréa Sandro & LUQUE, Carlos A. Os Ciclos de Expansão Industrial e seus aspectos. São Paulo: Nobel, (Brasília): Ministério do Trabalho, 1985.

De acordo com a tabela 10, as diferenças entre as indústrias gaúcha e brasileira, no que diz respeito às categorias de uso, permanecem, nesse período, sendo distintas e com crescimentos diferenciados. Enquanto a indústria brasileira se destacava no crescimento de suas indústrias de bens de consumo duráveis

(4,1%) e de bens intermediários (5,9%), a gaúcha despontava como um estado produtor de bens de capital (9,84%).

O comportamento da indústria gaúcha pode ser explicado pela expansão da lavoura empresarial, a qual obrigou o desenvolvimento de setores industriais como o de máquinas e implementos agrícolas (bens de capital), adubos, fertilizantes (indústria química), entre outros. O setor de bens intermediários foi outro que se destacou nesse período, mas isso aconteceu não por causa de um vínculo com a economia gaúcha em si, mas para abastecer o mercado interno, mais precisamente, o centro do país, fornecendo peças e componentes variados.

3.1.1.2 - Gêneros

Com relação à análise dos gêneros industriais gaúchos, considerando-se esse primeiro momento em que os militares estiveram no poder, apesar de o resultado ter sido negativo devido a um desempenho fraco das indústrias tradicionais, conforme tabela 11, é importante destacar que as empresas de calçados e de couro tiveram um grande crescimento no período, pois tiveram suas produções escoadas para o mercado externo e, conseqüentemente, trabalharam com uma menor capacidade ociosa. Outros setores tradicionais, como os produtos farmacêuticos e veterinários, a de bebidas e o de fumo, também tiveram um bom desempenho.

Tabela 11

Taxa média de crescimento, por gêneros das Indústrias de transformação gaúcha e brasileira - 1962-1967.

GÊNEROS	1962-1967	
	BR	RS
Produtos de minerais não metálicos	3,5	-2,1
Metalurgia	0,5	6,7
Mecânica	8	14,9
Material elétrico e comunicações	4,1	7,2
Material de transportes	0	2,1
Madeira	-0,9	-8,7
Mobiliário	-0,6	-2
Papel e papelão	4,9	-0,2
Borracha	2	-6
Couros e peles	5,6	-4,6
Química	5,6	-4,6
Produtos farmacêuticos e veterinários	8,2	(1) 15,9
Perfumaria, sabões e velas	11,4	(1) -6,6
Produtos de matérias plásticas	5	(1) 19,2
Têxtil	-5	8,6
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,7	3,6
Produtos alimentares		
Bebidas	2,3	-1
Fumo	1,6	7,9
Editorial e gráfica	0	2,1
Diversos	5,9	3,4
	3,1	6,5

FONTE: Peñalver, M. et alii. Política Industrial e Exportação de manufaturados do Brasil, Rio de Janeiro, FGV, 1983, Tabela 1.7, p. 45.

(1) Corresponde ao período de 1965-67.

Conforme a tabela, alguns gêneros dinâmicos industriais também se destacaram: os minerais não metálicos (3,5%), a química (5,6%), mecânica (8%), material elétrico e comunicações (4,1%) e papel e papelão (4,9%). A partir do crescimento desses setores, a indústria gaúcha se tornou mais diversificada e menos dependente da indústria de produtos alimentares.

3.1.1.3 – Emprego

As taxas de absorção de mão de obra industrial no Rio Grande do Sul, até 1965, atingiram índices elevados alcançando um crescimento de 30,65% com relação a 1959. Cabe salientar, como revela o estudo da FEE “25 Anos de Economia Gaúcha”, que esses níveis de crescimento do emprego industrial foram relevantes tanto na indústria tradicional quanto na dinâmica.

Na primeira, ocorreu graças aos gêneros de bebidas, fumo e vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Na segunda, pelas indústrias de produtos de matérias plásticas, metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação e material de transportes.

3.1.1.4 – Exportações

Como mostra Wilson Cano as exportações gaúchas se elevaram nesse período:

“Por exemplo, o Rio Grande do Sul para 1930 e 1969 mostra o seguinte da pauta de exportações totais: “animais vivos e gêneros alimentícios”, passam de 71,7% para 36,4%; “matérias-primas”, de 22,4% para 22,7% e “produtos industrializados”, de 5,9% para 40,9%.” (Cano, 1985, p. 263).

Essa elevação ocorreu, principalmente, graças as mudanças efetuadas pelo PAEG, relacionadas aos incentivos às exportações, como a unificação da taxa de câmbio, flexibilização do cruzeiro frente ao dólar entre outras.

3.2 – Período 1968-1973

Após esse período de relativa estagnação em que o Brasil se encontrava, depois das mudanças estruturais colocadas pelo PAEG, o país inicia um período, em sua história recente, de obtenção das maiores taxas de crescimento do produto, o chamado “Milagre Brasileiro” (1968-1973), aonde a taxa média de crescimento foi acima de 10% a.a., e o da indústria de 13,3% a.a., segundo tabela abaixo:

Tabela 12

Crescimento do produto e dos setores econômicos no Brasil – 1968-73 (%)

ANO	PIB	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	SERVIÇOS
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4

FONTE: IBGE

Outros fatores acabaram tendo o desempenho almejado pela política anterior. Um exemplo disso é a redução da taxa de inflação que ficou entre 15 e 20% a.a. O crescimento desse período iniciou com a troca do diagnóstico da causa da inflação, a qual passou a ter o enfoque de custos como determinante. De acordo com Gremaud:

“Com isso, afrouxaram-se as políticas de contenção da demanda (monetária, fiscal e creditícia) – exceção feita a política salarial, considerada como elemento de custos. Teve início uma política de controle de preços, onde os ajustes deveriam ter aprovação prévia do governo, com base nas variações de custos. Para tal fim, criou-se o CIP (Conselho Interministerial de Preços) em 1968”. (Gremaud, 1996, p. 193).

A respeito do crescimento econômico vivido nesse período, é importante destacar que ele foi baseado em investimentos do setor privado e em setores diversificados. Esse desenvolvimento foi relevante para legitimar o Regime Militar após a intervenção política imposta pelos militares. Outros fatores importantes que proporcionaram o “Milagre Brasileiro” foram:

I – Novos investimentos públicos em infraestrutura;

II – Aumento da demanda por bens de consumo duráveis, graças à expansão do crédito através das reformas efetuadas no período anterior. Cabe salientar que este foi o setor que obteve a maior média de crescimento do período que foi de 23,6% a.a.

III – A partir do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), criado no período anterior para aumentar o crédito habitacional, obteve-se uma crescente nesse setor da construção civil que alcançou uma elevação média de 15% a.a.

IV – A grande melhora do setor externo brasileiro, graças às políticas de incentivos fiscais, que proporcionaram um forte crescimento nas exportações, ficou em torno de 2,5 vezes, merecendo destaque. Salienta-se, também, que o

desempenho mundial era favorável no período, ou seja, o mundo não estava enfrentando nenhuma grande crise econômica.

Por fim, nota-se que a economia brasileira estava muito centrada na intervenção estatal, pois ainda controlava os principais preços da economia como o câmbio, o salário, a taxa de juros e as tarifas, além de controlar e praticar uma política de preços através da CIP. A principal crítica que o período recebeu foi referente à ocorrência de uma grande concentração de renda, justificada como estratégia para aumentar a poupança e, conseqüentemente, o investimento.

Assim, haveria crescimento econômico e a possibilidade de divisão para todos. Esse argumento, segundo os críticos, ficou conhecido como a “Teoria do Bolo”, na qual o bolo deve primeiro crescer para, depois, que ser dividido.

3.2.1 - A indústria de transformação rio-grandense entre 1968-1973

O segundo período analisado, o chamado “Milagre Brasileiro” (1968-1973), conforme dito anteriormente, proporcionou um alto índice de crescimento econômico. Na indústria do Rio Grande do Sul não foi diferente, isto é, ela também mostrou um forte crescimento médio anual.

A partir de 1970 iniciou, lentamente, uma desconcentração industrial e populacional no estado de São Paulo. Clélio Campolina Diniz explica esse fenômeno da seguinte forma:

“Essas alterações estão relacionadas com fatores internos e externos à área metropolitana de São Paulo. Do ponto de vista interno, a concentração provocou o aumento dos custos dos terrenos, dos serviços básicos e da infraestrutura, dos alugueis e dos salários relativos, entre outros.” (Diniz, 1995, p. 50).

3.2.1.1 – Categorias de uso

A média de crescimento da indústria gaúcha, com relação às categorias de uso, se mostrou superior à brasileira em todos os setores nesse período. Nesse momento, ganham destaque as indústrias de bens de capital, com crescimento médio de 33,25% a.a. e as de bens intermediários, com taxa de 25,86% a.a. Os outros setores estão bem demonstrados na tabela 13.

Tabela 13

Taxas médias anuais de crescimento do Valor Bruto de Produção, por categoria de uso, nas indústrias brasileira e gaúcha - 1968-73

CATEGORIAS DE USO	1968-1973		1968-1970		1970-1973	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Bens de consumo duráveis	19,19	17,42	17,03	15,17	20,66	18,95
Bens de consumo não duráveis	16,94	12,61	13,15	8,15	19,55	9,13
Bens de capital	33,25	20,97	27,01	11,51	37,58	27,71
Bens intermediários	25,86	13,13	20,02	11,63	29,90	22,83
Indústria de transformação	21,47	16,09	16,59	10,43	24,84	20,02

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Como é possível observar, o crescimento do valor bruto de produção gaúcho se mostrou superior em todas as categorias de uso com relação às taxas brasileiras, até mesmo nos bens de consumo duráveis e nos bens de consumo não duráveis que ficaram abaixo, inclusive, da média de crescimento da indústria de transformação gaúcha. Com relação ao grande desenvolvimento do setor de

bens de capital no estado, pode-se dizer que a fonte propulsora de seus principais segmentos foram a mecânica e o material de transporte, que, em 1970, já representavam 85% da produção desse bem no estado.

Essa expansão se deu, principalmente, graças aos incentivos que a agricultura gaúcha, com grande destaque para as culturas de soja, recebeu da administração pública, para as exportações desses produtos. Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul proporcionou melhor desempenho no setor de produção de máquinas e equipamentos agrícolas, o qual, em 1970, já correspondia a 36% (tabela 14) dos bens de capital produzidos no estado.

Nesse período, a produção de outros setores também se destacou. As máquinas agrícolas, máquinas operatrizes e os aparelhos industriais são exemplos disso. A segunda grande participação nos bens de capital gaúcho era o material de transporte, o qual correspondia a cerca de 27% da produção dessa categoria, e seu desempenho era dependente do desempenho da indústria do centro do país.

Tabela 14

Participação dos segmentos industriais na categoria dos bens de capital no Rio Grande do Sul - 1970-1975 (%)

CATEGORIAS DE USO	1970	1975
Metalúrgica	1,8	2,5
Mecânica	58,6	63,3
Material elétrico e de comunicações	10,7	7,8
Material de transporte	27,3	25,7
Diversos	1,6	0,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Os bens intermediários, além de obterem um grande crescimento no período, também eram responsáveis por quase 40% do valor de produção industrial gaúcho (37,8%). O gênero mais significativo e que levou os bens intermediários a esse patamar foi as indústrias químicas, as quais ocupavam cerca de 40,8% da produção dessa categoria.

A indústria química estadual, nessa época, era dividida em três segmentos: os combustíveis e lubrificantes, a produção de óleos vegetais, e adubo, fertilizantes e corretivos de solo. O primeiro segmento teve destaque graças à inauguração da Refinaria Alberto Pasqualini em 1968, enquanto os outros dois estão intimamente ligados à agricultura.

A indústria de bens de consumo duráveis no Rio Grande do Sul obteve um resultado abaixo do global, porém, satisfatório. Destacaram-se os tradicionais segmentos mobiliário e metalúrgico. Além disso, o período foi de fundamental importância para que houvesse uma modernização nesse setor.

Os setores de bens de consumo não duráveis apresentaram um desempenho considerável, capaz de suprir a demanda dos novos centros urbanos e o aumento da massa salarial. Nesse sentido, o setor com maior destaque era, certamente, o da indústria de calçados, que já estava praticamente todo voltado para as exportações.

3.2.1.2 – Gêneros

A indústria gaúcha, no período anterior, saiu com taxas negativas de crescimento, sendo esse o motivo da tardia recuperação do setor. Por outro lado, o Brasil, durante esse mesmo período, já apresentava taxas superiores. Nos anos posteriores, no entanto, esse desempenho logo foi invertido. Essa demonstração pode ser vista na tabela 15.

Tabela 15

Taxas médias de crescimento da produção industrial, por gêneros, no Rio Grande do Sul e no Brasil - 1968-1973 (%)

GÊNEROS	1968		1969		1970		1968-73	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Produtos de minerais não metálicos	0,0	26,2	16,50	8,80	8,70	10,40	15,10	11,50
Metalúrgica	20,0	24,2	10,30	6,90	16,30	5,90	16,70	14,70
Mecânica	15,9	23,2	25,50	10,70	56,30	16,50	40,30	22,90
Material Elétrico e de comunicações	49,0	28,0	28,90	9,00	2,00	4,50	17,30	15,10
Material de transportes	12,0	25,7	30,40	21,70	37,00	10,00	31,20	19,70
Madeira	36,2	16,8	12,50	16,80	38,90	-	29,40	-
Mobiliário	10,9	6,1	27,50	0,10	53,80	-	32,10	-
Papel e papelão	6,3	8,8	-6,90	13,10	6,40	5,10	22,40	17,80
Borracha	36,0	20,0	2,90	5,00	42,90	16,80	22,40	12,60
Couros e peles	16,4	12,6	-1,30	0,40	29,90	3,90	26,10	18,00
Química	67,6	17,8	47,40	13,30	19,00	18,90	34,30	20,60
Produtos farmacêuticos e veterinários	8,5	-	10,10	-	2,00	-	17,70	-
Perfumaria, sabões e velas	2,5	11,8	-3,60	15,20	25,00	8,10	12,90	12,10
Têxtil	18,0	24,5	3,80	4,40	-8,30	-0,10	14,00	11,60
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	24,7	13,5	-4,40	4,20	14,90	17,90	16,90	16,80
Produtos de matérias plásticas	48,1	-	-6,20	-	33,30	-	26,60	-
Produtos alimentares	0,0	7,5	6,70	13,40	25,90	8,10	16,60	13,90
Bebidas	5,5	7,4	-1,30	9,00	31,60	9,60	12,50	12,00
Fumo	13,5	6,2	11,90	4,30	-11,50	6,30	12,40	9,80
Editorial e gráfica	14,1	-	18,50	-	4,20	-	15,00	-
Diversos	4,8	-	13,60	-	33,30	-	22,60	-
Indústria de transformação	15,6	17,0	12,20	10,50	20,50	10,40	21,50	16,10

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

3.2.1.3 – Emprego

A absorção de mão de obra na indústria do Rio Grande do Sul, nesse período, seguiu a tendência do seu produto, ou seja, alcançou elevadas taxas de crescimento em todos os setores. Entretanto, em seus primeiros anos (1968-1970), alguns gêneros apresentaram taxas de crescimento negativas, segundo tabela a seguir:

Tabela 16

Taxas médias de crescimento do emprego, por gêneros de indústria de transformação, no Rio Grande do Sul - 1968-1973 (%)

GÊNEROS	1968	1969	1970	1968-73
	EMPREGO	EMPREGO	EMPREGO	EMPREGO
Produtos de materiais não metálicos	9,6	-8,9	66,4	9,4
Metalúrgica	10,3	1,4	4,4	8,3
Mecânica	5,3	14,8	41,3	25,2
Material elétrico	31,6	5,7	-11,7	12,9
Material de transporte	10,1	3,8	16,1	14,2
Madeira	7,6	2,8	74,8	17,3
Mobiliário	6,2	2,1	67,8	17,1
Papel e papelão	-11,1	-3,3	7,1	10,1
Borracha	24,9	-2,1	34,6	9,6
Couros e peles	8	-2	8,4	8,9
Química	33,4	4,9	12,2	9,8
Produtos farmacêuticos e veterinários	-5,9	12,7	-13,5	8,8
Perfumaria, sabões e velas	4	-1,5	14,6	8,2
Produtos de matérias plásticas	47,4	0,5	13,6	21,4
Têxtil	-1,1	-6,5	5,5	2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8,6	-1,4	13,9	10,3
Produtos alimentares	9,7	-2,3	30,7	11,9
Bebidas	4,1	-7,4	3,3	2,1
Fumo	-3,2	-0,5	4,3	11,4
Editorial e gráficas	3,1	2,9	7,7	7,2
Diversos	-7,7	4,8	22,4	10,7
Indústria de transformação	8,2	-0,3	22,3	11,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE

3.2.1.4 – Exportações

A partir da análise da tabela 8 podemos ver uma elevadíssima taxa média anual de crescimento das exportações gaúchas e brasileiras no período de 1970-74, enquanto o primeiro teve uma taxa de 30,8% a.a. o segundo alcançou 20,5% a.a. O Rio Grande do Sul também apresentou uma elevação na participação dos produtos industrializados no total das exportações do estado principalmente com o crescimento das vendas ao exterior do setor calçadista.

4- A CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA INDÚSTRIA GAÚCHA ENTRE 1974-1985

Após o fim do “Milagre Brasileiro”, em 1973, tem-se a última fase do Regime Militar, a qual coloca o país em uma profunda crise econômica, conhecida como a “crise dos anos 80”. Esse período, apresenta dois governos: o do General Geisel (1974-1979) e o de João Batista Figueiredo (1980-1985).

O crescimento atingido durante o denominado “Milagre Brasileiro”, além de ter sido motivado pelas reformas institucionais dos primeiros governos militares, também ocorreu graças à capacidade ociosa da indústria brasileira, advinda do forte crescimento econômico, principalmente de infraestrutura, do final da década de 50, início da de 60. Essa capacidade ociosa foi ocupada praticamente por completa durante os primeiros anos da década de 70, levando o Brasil a enfrentar alguns desequilíbrios que geraram um forte aumento da inflação (conforme tabela 17) e problemas na balança comercial. Além dessas dificuldades internas, houve também um grave problema externo, como destaca Gremauld:

“Esta situação foi rompida pela crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973, quando os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril do petróleo.” (Gremauld, 1996, p. 200).

Tabela 17

Taxa de Inflação brasileira de 1968-1979 (%)

ANO	IGP-DI	ANO	IGP-DI
1968	24,8	1974	34,5
1969	18,7	1975	29,4
1970	18,5	1976	46,3
1971	21,4	1977	38,6
1972	15,9	1978	40,5
1973	15,5	1979	77,2

Fonte: Conjuntura Econômica

Analisando a tabela 17, pode-se identificar que, após 1973, houve uma forte elevação da inflação, atingindo uma média de 40% a.a., no período pós-milagre, e um índice alarmante de 77,2% a.a. em 1979. Durante esses anos, ocorreu uma intensa queda das reservas brasileiras que foram acumuladas nos períodos anteriores.

Esse fato ocorreu, pois o país teve de começar a pagar um déficit nas transações correntes, que já girava em torno de US\$ 6,5 bilhões em 1974, e que estava aumentando graças à elevação das importações de petróleo, o qual ficou mais caro advindo da crise internacional. Esse foi um dos fatores que levou a dívida externa brasileira a aumentar de US\$ 17.165 milhões em 1974 para US\$ 49.904 milhões em 1979.

Além dos problemas econômicos, o Brasil também vivenciava grandes dificuldades políticas após a troca do seu governante, principalmente, através de reivindicações sociais por uma melhor distribuição de renda e por uma maior abertura política. Nesse contexto, o país se vê diante de duas hipóteses para controlar a sua crise interna: escolher entre uma política de **financiamento**, a qual

manteria o crescimento econômico ganhando tempo para ajustar a oferta interna e os preços, ou de **ajustamento**, a qual objetivava conter a inflação, evitando que essa crescesse e que o desequilíbrio externo se tornasse permanente.

Dessa forma, o governo optou por uma política de ajustamento, controlando a demanda. Todavia, após o agravamento da crise mundial com a quebra do Bando Halles, essa política se mostra falha levando a administração a lançar o II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), no qual o Brasil adere a uma política alternativa, que é assim descrita por Gremaud:

“Lançou-se o II PND, em fins de 1974, como uma alternativa à dicotomia de ajustamento ou financiamento, colocando-o como uma estratégia de ajuste de longo prazo e simultaneamente de desenvolvimento econômico.” (Gremaud, 1996, p. 203).

O objetivo do plano era alcançar uma taxa média de crescimento de 10% a.a. e de 12% a.a. para o crescimento industrial médio. Para isso, utilizar-se-ia de uma mudança na estrutura industrial brasileira, alterando o padrão anterior, no qual se destacavam o setor de bens de consumo duráveis e uma concentração de renda, para uma política econômica que procurava crescer a partir dos bens de capital e dos insumos básicos.

O financiamento para que ocorresse essa inversão ficou praticamente todo sob-responsabilidade do Estado, o qual acabou por criar diversas empresas estatais. Esse sistema funcionou da seguinte forma:

“A lógica do modelo estava em que, conforme as empresas estatais avançassem seus projetos de investimento no setor de insumos, gerariam demanda derivada que estimularia o setor privado a investir no setor de bens de capital.” (Gremaud, 1996, p. 204).

Tabela 18

Crescimento do produto e por setores econômicos no Brasil –
1974-1979 (%)

ANO	PIB	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	SERVIÇOS
1974	9,0	7,8	1,0	9,7
1975	5,2	3,8	7,2	2,9
1976	9,8	12,1	2,4	8,9
1977	4,6	2,3	12,1	2,6
1978	4,8	6,1	-3,0	4,3
1979	7,2	6,9	4,9	6,7
1974-79	6,8	6,5	4,1	5,9

FONTA: IBGE.

Baseando-se na tabela 18, é possível verificar que, embora o país tenha alcançado uma média de crescimento positivo entre os anos de 1974-79, esse índice ficou bem abaixo do esperado pelo governo brasileiro. Para incentivar, pois, o setor privado a investir no país além da demanda proporcionada pelos investimentos governamentais, houve também vários incentivos objetivando esse fim. São exemplos disso a criação do CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico), a isenção de impostos de importação, os preços compatíveis com as prioridades da política industrial, o crédito do IPI sobre a compra de equipamentos, entre outros.

Um dos grandes apoios ao II PND, tanto financeiro quanto político, veio das oligarquias tradicionais que buscavam uma modernização nas regiões não industrializadas, ou seja, buscavam uma descentralização dos investimentos. Os exemplos a seguir demonstram essa modernização e, conseqüentemente, a descentralização: a maior siderúrgica seria construída em Itaquí (MA); a prospecção de petróleo passaria para a plataforma litorânea do Nordeste; soda de cloro em Alagoas; petroquímica na Bahia e no Rio Grande do Sul; fertilizantes

potássicos em Sergipe, fosfato em Minas Gerais, carvão em Santa Catarina, e assim por diante.

O financiamento proporcionado pelo Estado advinha de empréstimos externos, que estavam com taxas de juros internacionais baixas. No entanto, era possível pagar apenas os juros desses empréstimos correndo o risco de haver um aumento na taxa de juros dos empréstimos. Isso proporcionou uma grande dificuldade para o país, como coloca Gremaud:

“A deteriorização da capacidade de financiamento do Estado, que socializou todos os custos no período do II PND (com grande aumento dos gastos, ao se autonomizar para realizar o desenvolvimento) sem criar mecanismos adequados de financiamentos, constituir-se-ia no grande problema enfrentado pela economia brasileira.” (Gremaud, 1996, p. 206)”.

Após 1980, a econômica brasileira se encontrava em um momento crítico, pois, com o segundo choque do petróleo, a elevação das taxas de juros internacionais e o endividamento externo crescente geraram, com isso, a crise cambial brasileira. Internamente o país estava deteriorando sua situação fiscal, por meio da redução na carga tributária, do aumento no volume de transferências, e das estatais que geravam déficits.

Com a inflação atingindo uma taxa superior a 100%, o governo resolveu trocar sua política econômica e adotou uma política ortodoxa que foi nomeada de “ajustamento voluntário”, cujo principal diagnóstico era um excesso de demanda interna. Essa política estava baseada em três premissas: conter a demanda agregada; tornar a estrutura de preços relativos favoráveis ao setor externo; estimular a competição da indústria brasileira.

O “ajustamento voluntário” teve como resultado uma profunda recessão nos anos de 1981 e 1983 e um pequeno crescimento em 1982, conforme tabela 19, A inflação até 1982 se manteve estabilizada, perto dos 100%, atingindo uma

aceleração em 1983, ficando em torno de 200%. Com relação ao comércio externo, Gremaud destaca alguns dados:

“A política bem-sucedida no tocante ao comércio exterior, observando-se profunda reversão no saldo da balança comercial, passando de um déficit em 1980, para superávits da ordem de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e um recorde de US\$ 13 bilhões em 1984” (Gremaud, 1996, p. 212).

Tabela 19

Crescimento do produto e dos setores econômicos
(índice 1980 = 100) e as taxas de inflação brasileira –
1980-1985 (%)

ANO	PIB	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	SERVIÇOS	IGP-DI (%)
1980	100	100	100	100	110,2
1981	95,75	91,17	107,98	97,51	95,2
1982	96,63	91,3	107,75	99,57	99,7
1983	93,81	85,91	107,27	99,06	211
1984	98,9	91,38	110,07	104,37	223,8
1985	106,75	99,08	120,59	111,66	235,1

FONTE: Conjuntura Econômica

Esse ajuste no setor externo ocorreu, de certa forma, graças à recessão do período que levou a uma queda nas importações e a um aumento nas exportações. Todavia, o Brasil ainda apresentava dificuldades em arcar com suas obrigações da dívida externa, pois essa era 80% no setor público. Por outro lado, a maioria dos superávits gerados no período se dava no setor privado. Segundo Gremaud, para solucionar esse problema e adquirir divisas, o governo procurou se endividar internamente:

“A única alternativa era representada pelo endividamento interno, através da colocação de títulos públicos, que se fazia em condições cada vez mais precárias: maiores juros e maiores prazos. Este processo acelerou a deterioração das contas públicas e ampliou o grau de indexação da economia.” (Gremaud, 1996, p. 213).

Nesse contexto econômico e com uma força política enfraquecida com a derrota nas eleições para governadores em 1982, além do movimento das “Diretas Já” e dos questionamentos da população com relação à política econômica, é que se encerra o Regime Militar no Brasil. Inicia-se, portanto, o período da Nova República.

De acordo com a tabela 19, São Paulo estava tendo uma queda em sua participação na produção nacional. Embora essa perda fosse de apenas 2,9%, é importante destacar que ela ocorreu, principalmente, graças à redução da participação industrial do estado, permitindo que outras regiões, como o Nordeste e o Sul, elevassem suas parcelas sobre o PIB nacional.

Tabela 20

Participação no PIB total e nos setores econômicos brasileiros por estados e regiões – 1970-1980 (%)

REGIÕES OU ESTADOS	PIB TOTAL		PIB INDUSTRIAL		PIB AGRÍCOLA		PIB SERVIÇOS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Norte	2,0	2,9	1,0	2,9	3,9	4,5	2,2	2,6
Nordeste	11,6	12,2	7,0	9,5	20,9	19,5	12,5	12,8
Leste (MG, RJ, ES)	26,0	25,5	22,7	21,9	16,2	20,4	30,9	29,2
São Paulo	41,1	38,2	26,5	47,5	18,0	14,3	35,8	36,0
Sul	16,6	17,4	12,0	16,3	33,4	29,5	15,9	15,7
Centro-Oeste	2,7	3,8	0,8	1,9	7,6	11,8	2,7	3,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE

O primeiro fator considerado para que houvesse essa desconcentração, foi a melhoria de infraestrutura dos estados periféricos, por exemplo, nas áreas de energia, transportes e comunicações. Isso proporcionou que indústrias já existentes descentralizassem suas atividades, alcançando vantagens nas novas regiões, como descreve Pedro Bandeira:

“Esses grupos podiam, assim, melhor atender aos diversos mercados regionais, além de aproveitar os diferenciais existentes em termos de custos de produção, derivados, por exemplo, de níveis salariais mais baixos em algumas áreas, capazes de levar a uma redução dos custos com mão-de-obra.” (Bandeira, 1988, p. 42).

Os recursos minerais dos estados periféricos foi outro fator que determinou o investimento de empresas industriais nessas áreas. Podem ser citados como exemplo o avanço da Bahia (de 2,47% para 4,05% do produto industrial) com a instalação do pólo petroquímico; a elevação da participação de Minas Gerais no PIB graças aos seus recursos minerais.

O último fator relevante nessa análise foram as participações do Estado. Primeiramente, no direcionamento de investimentos indústrias privados, através de incentivos, nas regiões periféricas, tendo como destaque a implantação da Zona Franca de Manaus. O governo também contribuiu para essa desconcentração através de alguns empreendimentos estatais, além do investimento em infraestrutura nos estados “periféricos”.

A partir de 1980, fica difícil precisar o comportamento da indústria brasileira e, principalmente, se ela manteve um ritmo de desconcentração, pois, a partir desse ano, não foram mais realizados censos industriais. Contudo, é possível fazer uma análise a partir do índice de produção física (tabela 21) apurada pelo IBGE. Através dos dados presentes na tabela, pode-se notar uma queda na produção industrial até 1983, e o comportamento da indústria do centro do país, o qual Clélio Campolina Diniz analisa da seguinte forma:

“Por outro lado, os dados da tabela refletem também recuperação e crescimento diferencial por regiões, tendo o Rio de Janeiro e São Paulo os menores índices, o que confirmaria a tendência recente de perda de participação relativa destes estados.” (Diniz, 1991, p. 128).

Tabela 21

Índice da produção física da indústria de transformação brasileira e de estados e regiões (1980 = 100) – 1980-1987

ANOS	BRASIL	MG	NORDESTE	RJ	SP	SUL
1981	89,62	-	-	-	-	-
1982	89,63	93,74	93,04	92,62	88,47	87,73
1983	83,91	88,81	88,79	80,96	82,77	84,52
1984	89,02	97,87	90,07	79,33	88,48	90,76
1985	96,41	105,25	100,32	82,76	96,25	96,82
1986	109,79	110,38	105,53	95,89	105,93	107,19
1987	110,58	113,52	109,68	96,05	106,2	108,33

FONTE: IBGE - Índices de produção industrial - Séries revistas, 1975-85.
- Indicadores, vários números.

NOTAS: (-) Dados não disponíveis.

A média ponderada dos índices regionais não é compatível coma média brasileira

Além dos motivos anteriormente citados para a desconcentração industrial que estava se realizando no Brasil, firmas que se estabeleceram fora de São Paulo, como em Minas Gerais, apontaram três principais razões para realizar essa operação. Quais sejam: terras mais baratas; sindicatos menos ativos e organizados, não exigindo, conseqüentemente, altos salários; e, por fim, o custo de controle da poluição através da CETESB.

A indústria brasileira e gaúcha, no período de 1974-1980, apesar de não ter demonstrado o mesmo desempenho com relação ao crescimento industrial como no período anterior, atingiu um crescimento médio de 11% no Brasil e de 10,1% no Rio Grande do Sul. Esses dados podem ser verificados na tabela 22, que demonstra que os incentivos federais no setor industrial surtiram efeito.

Tabela 22

Taxa média anual, por categorias de uso, das indústrias brasileira e gaúcha - 1973-1980.

CATEGORIAS DE USO	TAXA MEDIA ANUAL DE CRESCIMENTO	
	BR	RS
Bens de consumo duráveis	8,8	11,2
Bens de consumo não duráveis	7,2	8,2
Bens de capital	13,0	10,4
Bens intermediários	13,9	11,9
Indústria de Transformação	11,0	10,1

FONTE: IBGE

Após 1980 a indústria do Rio Grande do Sul obteve um crescimento muito semelhante ao desempenho brasileiro, mas com níveis ligeiramente menores (ver tabela 23), ou seja, obteve taxas negativas entre 1981-1983 e positivas no final do período. Esse desempenho levou o Rio Grande do Sul a uma queda em seu grau de industrialização, passando de 24,3% em 1980 para 21,5% em 1985. Isso ocorreu, entre outros motivos, devido ao bom desempenho da agricultura gaúcha no período que elevou sua participação na economia gaúcha de 17,9% para 19,1% em 1985.

Tabela 23

Taxas anuais de crescimento do produto industrial das indústrias de transformação gaúcha e brasileira - 1981-85

ANOS	INDÚSTRIAS	
	RS	BR
1981	-6,6	-10,1
1982	-1,9	0,1
1983	-5,3	-6,3
1984	4,8	6,0
1985	6,1	8,3
TOTAL	-0,58	-0,4

FONTE: Relatórios do Banco Central e Conjuntura Econômica.
FEE. Desempenho da Economia: RS-1985.

4.1 – Categorias de uso

Entre 1974-1980 houve uma desaceleração do crescimento industrial, representada na tabela 24. Por meio dessa, é possível verificar uma forte queda em todos os seguimentos industriais no Rio Grande do Sul tendo uma intensidade maior nos bens de consumo não duráveis, nos bens de capital e nos bens intermediários. Já no Brasil se destaca, principalmente, a queda dos bens duráveis. Pode-se salientar, ainda, uma maior intensidade de desaceleração da indústria gaúcha em comparação à brasileira.

Tabela 24

Varição relativa, por categorias de uso, nas taxas de crescimento das indústrias de transformação gaúcha e brasileira - no período de 1974-1980 e 1968-1973 (%)

CATEGORIAS DE USO	RS	BR
Bens de consumo duráveis	-41,8	-49,6
Bens de consumo não duráveis	-51,5	-43,1
Bens de capital	-68,8	-37,9
Banes intermediários	-53,8	5,7
Indústria de Transformação	-52,9	-31,7

FONTE: IBGE

Após 1980, apesar da forte recessão até 1983, em 1985 o estado já apresentava quase o mesmo índice de produção da década passada. É importante destacar o crescimento dos bens de consumo não duráveis e a forte queda dos bens de capital e os de consumo duráveis no início da década, conforme tabela abaixo.

Tabela 25

Índice de produção, total e por categorias de uso, da indústria de transformação no Rio Grande do Sul - 1980-1985

Gêneros	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Bens de capital e de consumo duráveis	100,0	80,8	81,2	75,5	90,4	101,1
Bens de consumo não duráveis	100,0	100,8	99,5	107,1	112,2	110,5
Banes intermediários	100,0	75,8	75,0	84,8	97,6	103,4
Indústria de Transformação	100,0	90,2	89,3	95,6	104,5	106,9

FONTE: Adaptado de FEE, anos 80.

4.2 – Gêneros

No Rio Grande do Sul, os gêneros industriais que mais se destacaram, entre 1974-1980, de acordo com a tabela 26, foram os produtos de minerais não

metálicos, metalúrgica, borracha, química e produtos de matérias plásticas. Cabe ressaltar a queda da participação da indústria de produtos alimentares que passou de 31% em 1970 para 21,3% em 1980, além da crescente participação da indústria química, passando de 14% em 1970 para 22,5% no fim do período, superando, assim, o grupo das indústrias metal-mecânica que se manteve em torno de 20%.

Tabela 26

Participação e crescimento dos gêneros industriais no valor de produção da indústria de transformação gaúcha - 1973-1980

GÊNEROS	TAXA DE	TAXA DE	
	CRESCIMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)	
	1973-1980	1975	1980
Produtos de minerais não metálicos	12,1	2,3	2,21
Metalúrgica	12,1	8,92	8,64
Mecânica	11,1	8,57	7,48
Material elétrico e de comunicações	6,8	3,15	2,19
Material de transportes	10,2	4,26	3,71
Madeira	0,9	3,19	2,27
Mobiliário	14,9	2,06	2,89
Papel e papelão	9,6	1,53	1,67
Borracha	20,2	0,71	1,41
Couros e peles	2,3	2,51	2,63
Química	14,1	22,09	22,45
Produtos farmacêuticos e veterinários	9,4	0,35	0,31
Perfumaria, sabões e velas	7,2	0,47	0,37
Produtos de matérias plásticas	20,3	0,82	1,31
Têxtil	4,9	2,09	2,3
Vestuário, calçados, e artefatos de tecidos	13,8	6,26	9,37
Produtos alimentares	7,0	22,73	21,26
Bebidas	8,0	2,51	2,71
Fumo	10,5	2,71	2,44
Editorial e gráfica	4,9	1,44	0,98
Diversos	14,1	1,35	1,39
Total	10,1	100,0	100,0

FONTE: IBGE

4.3 – Emprego

Entre 1973-1980 ocorre uma forte queda na taxa de crescimento do emprego industrial (tabela 27), chegando a quase cair pela metade. Apesar dessa queda, houve gêneros que se destacaram no período, como produtos de matérias plásticas, borracha e produtos de materiais não metálicos.

Tabela 27

Taxa de crescimento médio anual do emprego das indústrias de transformação brasileira e gaúcha - 1968-1980

GÊNEROS	1968-1973		1973-1980	
	BR	RS	BR	RS
Produtos de minerais não metálicos	7,5	9,4	8,3	10,4
Metalúrgica	8,7	8,3	5,3	4,9
Mecânica	22,8	25,2	8,5	9,5
Material elétrico e de comunicações	8,8	12,9	4,4	6,9
Material de transportes	7,3	14,2	3,6	9,9
Madeira	10,7	17,3	6,2	4,6
Mobiliário	12,7	17,1	4,6	9,2
Papel e papelão	9,9	10,1	3	5,2
Borracha	9,8	9,6	2,4	12,5
Couros e peles	4,4	2,9	3,7	5,7
Química	5,6	9,8	2,3	5
Produtos farmacêuticos e veterinários	4,8	8,8	-4,1	6
Perfumaria, sabões e velas	8,7	8,2	-0,2	2,1
Produtos de matérias plásticas	19,3	21,4	6,8	14,7
Têxtil	3,8	2	0,1	5,2
Vestuário, calçados, e artefatos de tecidos	15,1	10,3	10,2	10
Produtos alimentares	10,7	11,9	4	5,8
Bebidas	3,3	2,1	-1	0,8
Fumo	3,3	11,4	-1	6,3
Editorial e gráfica	8,5	7,2	2,5	1,6
Diversos	12,5	10,7	15,2	-
Total	9,6	11,3	5,2	6,8

FONTE: IBGE

4.4 – Exportações

Foi nesse período, mais precisamente em 1979, que, no Rio Grande do Sul, os produtos industrializados alcançaram supremacia sobre os básicos, o que, no caso brasileiro, aconteceu a partir de 1978. Se comparadas as médias representativas dos produtos básicos no período 1972-80, vê-se que essas sempre foram superiores para o estado (62,7%) quando comparadas as do país como um todo (55,7%). Essa relação é melhor explicada na tabela abaixo.

Tabela 28

Crescimento anual e participação das exportações por setores no Rio Grande do Sul e no Brasil - 1974-1979

ANOS	RIO GRANDE DO SUL						BRASIL					
	INDUSTRIAL		BÁSICO		OUTROS		INDUSTRIAL		BÁSICO		OUTROS	
	Cresc. Anual	Part. (%)	Cresc. Anual	Part. (%)	Cresc. Anual	Part. (%)	Cresc. Anual	Part. (%)	Cresc. Anual	Part. (%)	Cresc. Anual	Part. (%)
1974	30,5	29,3	5,3	70,1	48,5	0,6	59,2	40,7	10,4	56,9	20,4	2,4
1975	80,1	32,5	51,4	66,5	168,1	1,0	5,8	39,6	11,0	58,0	7,2	2,4
1976	17,8	31,3	23,6	67,1	93,0	1,6	5,8	35,7	27,0	60,5	82,3	3,8
1977	22,5	32,7	16,0	66,4	-34,3	0,9	35,0	40,3	13,5	57,4	-27,0	2,3
1978	31,3	44,8	-21,7	54,4	-11,6	0,8	33,1	51,4	-14,3	47,2	-34,9	1,4
1979	11,0	51,0	-14,9	47,4	99,3	1,7	31,3	56,0	9,8	43,0	-12,2	1,0

FONTE: Banco Central do Brasil. Secretaria da Fazenda/RS.

5- CONCLUSÃO

Este trabalho visou analisar a indústria gaúcha durante o período militar através, primeiramente, de uma descrição das políticas econômicas e do cenário político do país dos períodos para, depois, ver o comportamento da indústria gaúcha nesses momentos da história brasileira. Como se pode ver o crescimento da indústria gaúcha foi, por muitas vezes, superior à brasileira, elevando, até o início dos anos 80, sua participação nesse segmento e auxiliando para que houvesse um início de desconcentração industrial no país.

Após 1980 o Rio Grande do Sul tem uma queda em relação a outros estados chegando, na década de 80, a ter a mesma participação que o verificado na década de 60 (7,1% do valor da produção em 1959 e 1980; 5,9% para o produto industrial em 1960 e 5,6% em 1985). Esse desenvolvimento de sua indústria é melhor visto quando se analisa o grau de industrialização no período de 1960-1985, que passou de 16,6% para 21,5%, chegando a superar, em 1980, a produção agrícola na participação do PIB do estado.

Apesar dessa elevação, o Rio Grande do Sul ainda se encontrava abaixo do grau de industrialização do Brasil como um todo (34,0% em 1980), mostrando que o estado ainda tinha uma significativa dependência da produção agrícola. Através desse crescimento da indústria no estado, houve uma maior diversificação dos produtos produzidos, destacando-se os bens de capital e os insumos modernos.

Os principais gêneros que aumentaram suas participações nesse período foram: mecânica, material de transporte, mobiliário, material elétrico e de comunicações, química e vestuários e calçados. Entre os setores de bens de capital e insumos modernos, ganharam destaque as máquinas agrícolas, carrocerias para ônibus e caminhões, fertilizantes e produtos petroquímicos.

Outro fator que comprova o desenvolvimento da indústria gaúcha é a participação de cada categoria de uso, a qual, em 1959, apresentava uma indústria totalmente voltada para os bens de consumo não duráveis e um setor de bens de capital bem defasado, indicando que o estado estava em nível primitivo de industrialização, isto é, bastante distante do nível em que estava o centro industrial brasileiro. No período de 1964-1985, a indústria estadual evoluiu acentuadamente aproximando-se dos padrões brasileiros.

No Rio Grande do Sul os bens de consumo duráveis não apresentaram tanto destaque quanto no Brasil apesar de ter tido uma taxa de crescimento de 10,36% a.a. Outro fator que destaca o estado na produção desse setor são os segmentos predominantes (cutelaria e mobiliário) que estavam vinculados a tecnologias mais difundidas e eram menos complexos.

As indústrias gaúchas de bens de consumo não duráveis perderam espaço a partir de 1959. Embora tivessem uma taxa de crescimento de 8% a.a., cabe destacar, nesse segmento, o expressivo desempenho da indústria de calçados e a perda de importância da de carne.

O segmento que mais cresceu, tanto no estado quanto no país, entre 1959-1980, foi os bens de capital com uma média de 17,39% a.a. A evolução no Rio Grande do Sul teve como destaque os segmentos de carrocerias e de máquinas agrícolas (crescimento de 48% a.a. entre 1970-1975).

Os bens intermediários apresentaram um comportamento dinâmico no período, tendo, no Rio Grande do Sul, a segunda maior taxa de crescimento (13%

a.a.). Nesse sentido, destacam-se os segmentos de combustíveis e lubrificantes; óleos vegetais e bruto; e adubos e fertilizantes.

A indústria rio-grandense, até 1980, alcançou um ritmo de crescimento médio de novos empregos nos setores industriais de 6,1% a.a., cerca de duas vezes superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa. Esse desempenho chegou a ser superior ao visto na indústria brasileira (taxas de 5,0% a.a.). É importante salientar que o contingente de trabalhadores na indústria gaúcha estava na terceira posição nacional em 1980, se aproximando da segunda colocação, que era o estado do Rio de Janeiro, e apresentando uma tendência de inversão nessas posições.

Após analisar a indústria gaúcha durante os anos de 1964-1985, é importante destacar as fases cíclicas do comportamento econômico brasileiro, ou seja, enquanto os anos de 1964-1967 e 1974-1980 foram períodos de contração econômica, os de 1968-1973 demonstraram grande crescimento e, por fim, no final do período (1981-1985), o país encarou uma profunda recessão. Esse comportamento da indústria gaúcha foi muito similar ao nacional, apresentando bastante dinamismo no sentido de dar respostas às mudanças econômicas ocorridas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M de P. *A Ordem do Progresso – Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

ABLAS, Luiz Augusto Queiroz. **Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo, Pioneira, 1985.

ACCURSO, Cláudio Francisco. **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-85**. Porto Alegre, IEPE, 1988, v. 2.

BANDEIRA, Pedro Silveira. A descentralização geográfica da indústria brasileira e as perspectivas da indústria gaúcha. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, FEE, 14(2):29-35, ago/1986.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940-1980**. Porto Alegre, FEE, 1988.

BANDEIRA, Pedro Silveira; GRUNDLUNG, Nilson Artur. **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70**. Porto Alegre, FEE, 1988.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo, Global, 1985.

CASTAN, Nelson. Em busca de um paradigma conceitual para a melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1): 175-90, 1983.

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1966.

CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1966.

CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1974.

CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1974.

CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1980.

CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1976.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1984.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, **IBGE**, 1984.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, **FGV**, v.25, nº 9, 1971.

___ Rio de Janeiro, **FGV**, v.27, n. 12, 1973.

___ Rio de Janeiro, **FGV**, v.34, n. 12, 1980.

___ Rio de Janeiro, **FGV**, v.39, n. 6, 1985.

___ Rio de Janeiro, **FGV**, v.40, n. 4, 1986.

DINIZ, Clelio Campolina; MARTINE, George. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 121-134, 1991

DINIZ, Clelio Campolina; FERREIRA, Afonso Henrique Borges. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 38-56, 1995.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 25 Anos de Economia Gaúcha, 4), 1976.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência capitalista**. Porto Alegre. 1983.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo, Atlas, 1996.

MÜLLER, Geraldo. **A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PEÑALVER, Manuel et alii. **Política industrial e exportação de manufaturados do Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 1983.

PESQUISA INDUSTRIAL 1973: Região Sul (1974). Rio de Janeiro, **IBGE**.

PESQUISA INDUSTRIAL 1973: Brasil (1974). Rio de Janeiro, **IBGE**.

SCHNEIDER, Vera Maria. **Os incentivos fiscais e as exportações gaúchas na década de 70**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Economia do IEPE – UFRGS, 1992.

SOUZA, Nali J. **Fatores de crescimento, mudança estrutural e indicadores de desenvolvimento da Região Sul**, 1980/1995. Porto Alegre, CPGE/UFRGS, 1998.